



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PROCESSO Nº: 23.388/2015-e B

ANEXOS: (Processo GDF nº 054.000.876/2015 e-doc nº F4F0A5AA-e)

JURISDICIONADA: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF/DF

ASSUNTO: Licitação

DATA DA ABERTURA: 06/10/2015

EMENTA: Análise do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2015 – PMDF, para registro de preço na aquisição de Terminais de Radiocomunicação Digital – PMR (*Professional Mobile Radio*) de padrão aberto TETRA para aplicação em comunicações críticas de Segurança Pública. Indícios de irregularidades. Decisão nº 3679/2015: suspensão do certame. Realização de adequações no edital e redução do valor estimado. Novo exame. Decisão nº 4138/2015: autorização de prosseguimento da licitação. Representação formulada por empresa, alegando possíveis falhas no edital e na estimativa de preços, com pedido cautelar de suspensão do certame. Unidade técnica sugere o conhecimento da representação e abertura de prazo para manifestação da jurisdicionada. Voto convergente. Conhecimento da Representação. Deferimento parcial do pedido cautelar, a fim de determinar a abstenção de homologação do certame até ulterior deliberação plenária. Abertura do contraditório à jurisdicionada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

RELATÓRIO

Tratam os autos do Pregão Eletrônico nº 21/2015 – PMDF, realizado pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente ao registro de preço, para aquisição de Terminais de Radiocomunicação Digital – (PMR - *Professional Mobile Radio*) de padrão aberto (TETRA – *Terrestrial Trunked Radio*), destinado à aplicação em comunicações críticas de Segurança Pública, compostos de equipamentos, transceptores, acessórios, serviços de instalação, treinamento, operação inicial assistida e garantia.

Por meio da Decisão nº 3679/2015, o Tribunal resolveu:

II. com esteio no caput e no § 2º do art. 113 da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 198 do RI/TCDF, determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que suspenda, ad cautelam, o procedimento deflagrado pelo edital em exame, até ulterior deliberação desta Corte, e apresente as justificativas que julgar pertinentes quanto aos fatos narrados na Informação n.º 47/2015-NFTI ou promova os seguintes ajustes: i) encaminhar documentação que evidencie a efetiva utilização dos rádios transmissores em unidades administrativas; ii) refazer a planilha de preços, excluindo os valores considerados exorbitantes na estimativa inicial do certame e mantendo os valores dos certames públicos pesquisados, em cumprimento às decisões TCDF nº 5258/2014 e nº 2.858/2011;

Posteriormente, examinando a documentação encaminhada pela jurisdicionada em atendimento a essa deliberação (peça 11; e-DOC 5D63FCD8-c), a Corte, mediante a Decisão nº 4138/2015, resolveu:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 539/2015-DLF/AS (peça 11; e-DOC 5D63FCD8-c); b) do Ofício n.º 809/2015-SIC (peça 12; e-DOC 5DE45000-e); c) da Informação n.º 49/2015 - NFTI (peça 13; e-DOC AED8EBF4-e); d) do Parecer n.º 779/2015-ML (peça 17; e-DOC AA21E8874-e); II – considerar satisfatoriamente atendida, pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, a diligência contida no item II, subitens i e ii, da Decisão n.º 3.679/2015; III – autorizar a Polícia Militar do Distrito Federal a dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico n.º 21/2015-PMDF, observando as disposições do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, em face da redução da estimativa do certame para o montante de R\$ 32.786.243,14, denotando redução de aproximadamente R\$ 15,1 milhões ou 31,6% do valor inicialmente estimado; IV – dar ciência aos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Federal que as licitações e contratações públicas de interesse do Distrito Federal devem observar as disposições do Decreto n.º 36.520/2015, republicado na edição do DODF de 09.06.2015, e em vigor no ordenamento jurídico local desde 27.08.2015, estabelecendo diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração direta e indireta do Distrito Federal, o qual possui eficácia contida até que a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal - Segad/DF edite as Instruções Normativas referenciadas no mencionado Decreto; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para verificação da aderência das informações prestadas pela jurisdição nos expedientes a que aludem as alíneas “a” e “b” do item I retro à nova versão do instrumento editalício a ser disponibilizada no portal do Siasg/Comprasnet.

Na sequência, a empresa CASSIDIAN Defesa e Segurança do Brasil Ltda. apresentou Representação alegando possíveis falhas no edital, com pedido cautelar de suspensão do certame (e-doc 7A2830E2-c).

A representante aponta, em suma, os seguintes indícios de irregularidades:

- 1) Vedação à participação de empresas em consórcio, na qual a empresa representante alega que a licitante vencedora terá que prestar serviços de telecomunicação de extrema complexidade para o cumprimento de todas as exigências previstas no Termo de Referência;*
- 2) Indevida previsão de valor máximo para o certame, pelo fato de que o valor não corresponder com as condições atuais de mercado, haja vista os custos dos equipamentos sofrerem influência da recente alta da cotação do dólar e do Euro;*
- 3) Ausência de previsão no edital de fixação de quantitativos mínimos para a contratação, o que pode gerar uma situação impossível de ser valorada objetivamente por qualquer licitante, como os custos unitários da estrutura de serviços exigidos no Termo de Referência;*
- 4) Indevida exigência no item 18.1 do edital, no qual condiciona a liberação do pagamento à apresentação de certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas.*

Ao final, a representante requer:

- a) a concessão de cautelar para suspender, na fase em que se encontra, os atos decorrentes do Pregão Eletrônico nº 21/2015, até a decisão final desta Representação;*
- b) no mérito, para declarar a nulidade dos atos do procedimento licitatório, determinando a realização de nova licitação, com a retificação de todos os vícios apontados e reabertura de prazos razoáveis, a fim de que sejam respeitados os princípios da ampla concorrência e da legalidade;*
- c) a intimação da PMDF para responder aos termos da Representação;*
- d) a produção de provas por todos os meios legalmente permitidos, notadamente a prova documental e testemunhal, diligências – inclusive realização de nova pesquisa mercadológica de preços pelo órgão licitante incluindo-se a totalidade dos serviços solicitados no Termo de Referência.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

A Unidade Técnica, por intermédio da Informação nº 273/2015, atestou terem sido preenchidos os requisitos de admissibilidade da representação, sugerindo, assim, que a Corte conheça dessa petição, abra prazo para manifestação da jurisdicionada (10 dias) e se manifeste sobre o pedido cautelar.

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos, nesta fase, do exame de admissibilidade da Representação subscrita pela empresa CASSIDIAN Defesa e Segurança do Brasil Ltda. alegando possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 21/2015 – PMDF, realizado pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente ao registro de preço, para aquisição de Terminais de Radiocomunicação Digital – (PMR - *Professional Mobile Radio*) de padrão aberto (TETRA – *Terrestrial Trunked Radio*), destinado à aplicação em comunicações críticas de Segurança Pública, compostos de equipamentos, transceptores, acessórios, serviços de instalação, treinamento, operação inicial assistida e garantia.

Importante registrar inicialmente que a Corte já examinou o certame, tendo autorizado o seu prosseguimento por meio da Decisão nº 4138/2015, devendo, contudo, ser examinada a aderência do novo edital às informações prestadas pela jurisdicionada.

Devidamente autorizada a prosseguir na licitação, a jurisdicionada fixou a data de abertura das propostas para anteontem (06).

Iniciando o exame da admissibilidade da representação, verifico ser correto o entendimento do corpo técnico no sentido de que a petição preenche os requisitos regimentais, devendo por isso ser conhecida pela Corte. Em suma, a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

representação trouxe caracterização circunstanciada da situação, foi redigida em linguagem clara e objetiva, está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada e veicula matéria inserida nas competências do Tribunal.

Passo à análise da pretensão de suspensão cautelar do certame.

Observo, nesse ponto, que a representante alega:

- 1) Vedação à participação de empresas em consórcio, na qual a empresa representante alega que a licitante vencedora terá que prestar serviços de telecomunicação de extrema complexidade para o cumprimento de todas as exigências previstas no Termo de Referência;*
- 2) Indevida previsão de valor máximo para o certame, pelo fato de que o valor não corresponder com as condições atuais de mercado, haja vista os custos dos equipamentos sofrerem influência da recente alta da cotação do dólar e do Euro;*
- 3) Ausência de previsão no edital de fixação de quantitativos mínimos para a contratação, o que pode gerar uma situação impossível de ser valorada objetivamente por qualquer licitante, como os custos unitários da estrutura de serviços exigidos no Termo de Referência;*
- 4) Indevida exigência no item 18.1 do edital, no qual condiciona a liberação do pagamento à apresentação de certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas.*

Em pesquisa feita ao site www.comprasgovernamentais.gov.br, minha assessoria constatou que semelhante impugnação foi apresentada pela representante à PMDF, que apresentou as seguintes respostas:

ITEM 1

Que a vedação ao consórcio (item 3.3.6) representa verdadeira restrição ao caráter competitivo da disputa, trazendo inclusive prejuízo à própria administração pública.

RESPOSTA DA PMDF

Primeiramente, há de se considerar que, conforme bem apontado pela IMPUGNANTE, a participação ou não de consórcio em licitações possui natureza discricionária por parte da Administração Pública. Isso, nos termos do art. 33 do Estatuto Licitatório (Lei 8666/93): Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas: (destacamos) Contudo, reconheça-se, essa vedação deve ser justificada, ainda que discorrida no texto do Termo de Referência. Essa justificativa pode ser inferida na descrição do objeto, bem como no detalhamento das funções de cada um dos seis tipos de equipamentos, todos elencados nos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6. Dessa forma, nos termos do Acórdão n.º 1165/2012-Plenário TCU, são descritas algumas diretrizes a serem seguidas pelo gestor público para que autorize a participação de consórcios em licitações. Senão, vejamos: (...)Ao concordar com a alegação apresentada, o relator registrou em seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

voto que “há que se demonstrar com fundamentos sólidos a escolha a ser feita pelo gestor durante o processo de licitação no que toca à vedação da participação de consórcios, ou mesmo à sua autorização”. Deveria ser analisada, portanto, a situação de cada empreendimento, a partir de suas variáveis, tais quais o risco à competitividade, as dificuldades de gestão da obra e a capacitação técnica dos participantes. Diante disso, a partir do que fora examinado pela unidade instrutiva, para o relator, “há que se ponderar para o fato de que cabe ao gestor definir qual o caminho a tomar relativamente à participação ou não de consórcios, de forma motivada no âmbito do processo licitatório”. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. Precedente citado: Acórdão nº 1246/2006, do Plenário. Acórdão n.º 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012. Pois bem. De acordo com os critérios elencados no Acórdão, a primeira variável, risco à competitividade, não pode ser alegada pela IMPUGNANTE. Isso porque nos autos do processo se encontram 4 (quatro) propostas comerciais (Abix Tecnologia Ltda, Hytera Comunicações do Brasil Ltda, Indra Tecnologia Brasil Ltda e TELTRONIC BRASIL LTDA) aptas a atender os objeto ora pretendido. No que tange a “dificuldade de gestão”, não há que se falar na execução do objeto pretendido, uma vez que o objetivo principal do certame é a aquisição dos terminais, o que não guarda qualquer complexidade no fornecimento do material. Quanto à “capacitação técnica dos participantes” a própria apresentação dos orçamentos já poderia sanar tal dúvida. Contudo, para melhor esclarecimento, apresenta-se o seguinte posicionamento doutrinário: (...) Num contrato de compra e venda, ainda que o objeto possa ser complexo (por exemplo, fornecimento de equipamento de informática altamente sofisticado), a obrigação de quem cumpre o contrato é destituída de complexidade técnica, isto é, ela (obrigação) não é contaminada pela complexidade do equipamento. Quem precisa ter capacidade técnica para viabilizar a solução é o fabricante do equipamento, e não quem o vendeu para a Administração. Aliás, ele nem participa da relação jurídica contratual, só entrará em cena se houver necessidade de acionar a garantia do bem. Fora essa hipótese, não há nenhuma relação entre ele e a Administração. (MENDES, Renato Geraldo – disponível em: <http://www.zenite.blog.br/complexidade-do-objeto-e-da-obrigacao-e-cabimento-do-pregao/>) Nesse sentido, verifica-se que o essencial para a viabilização do contrato pretendido é o fornecimento dos bens. Não há relação entre a entrega do objeto e a complexidade para a sua fabricação, cabível, conforme explicitado por Mendes, apenas ao fabricante. Logo, no que tange à afirmação da IMPUGNANTE de que a CONTRATADA deverá estar apta a prestar a garantia necessária durante as 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, nada mais é do que uma reparação imediata por possíveis erros cometidos pelo próprio fornecedor/fabricante do produto na produção/instalação dos bens adquiridos, cuja barreira técnica, caso exista, será sanada com uma simples contratação de pessoal qualificado. Trata-se tão-somente de uma imposição legal (Lei 8078/90) garantido tanto pelo fornecedor quanto pelo fabricante. Por fim, a própria utilização do Pregão Eletrônico já se caracteriza como um bem não complexo. Isso porque nos termos da Lei 10520/2002 a utilização de pregão se dará somente para bens “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

ITEM 2

Que para a legalidade volte a imperar como de costume, faz necessária a revisão do valor de referência estipulado na cláusula 7.2, alínea “b” do edital, trazendo um novo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

valor tendo em vista a notória recessão da economia, que teve como consequência a alta recente do dólar americano, com aumento significativo no preço dos equipamentos.

RESPOSTA DO PREGOEIRO

Em relação ao item 2 da presente peça impugnatória, duas informações devem ser apresentadas: No dia 07 de agosto de 2015, foi publicado o primeiro edital da PMDF referente à aquisição de terminais de radiocomunicação, e conforme Ofício nº 119/2015 – SEACOMP – TCDF, foi solicitada por este órgão cópia dos autos para exercício de Controle Externo. Após análise da referida Corte, subsidiada pela Informação nº 47/2015 – NFTI, determinou-se à PMDF a suspensão ad cautelam do pregão eletrônico a fim de efetuar ajustes na planilha de preços excluindo valores considerados exorbitantes na estimativa inicial do certame e mantendo valores dos certames públicos. Após cumprimento das referidas diligências, foi autorizado a Polícia Militar do Distrito Federal dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico n.º 21/2015-PMDF, observando as disposições do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, em face da redução da estimativa do certame para o montante de R\$ 32.786.243,14, denotando redução de aproximadamente R\$ 15,1 milhões ou 31,6% do valor inicialmente estimado. Resta, porém, evidenciado que a redução do valor estimado traduz-se em um cumprimento à determinação da Corte de Contas do Distrito Federal e não uma mera opção administrativa por parte da PMDF. Em relação à arguição de ausência do cômputo do valor de serviços (instalação, treinamento e operação assistida), convém ressaltar que o custo dos mesmos deve estar incluído na proposta apresentada, visto que trata-se atividade secundária à principal, que é a simples entrega do bem. Cabe também salientar que as referidas atividades não fogem do rol daquelas exercidas por uma empresa que forneça terminais de radiocomunicação. Não cabe, portanto, a alegação e ilegalidade na obtenção do preço máximo a ser aceito por esta Administração tendo em vista que o princípio invocado, em consonância com o art 15 inciso V da Lei 8.666/93 corroboram com a metodologia indicada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal para cálculo do valor estimado. RESPOSTA DA DITEL: Na alegação da impugnante busca demonstrar que o objeto da licitação é muito mais abrangente do que o exposto no item 1.1 do Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 021/2015/PMDF, ela busca basear-se especificamente com relação ao disposto nos itens 9.1.10; 9.4.6 e item 12.3 do Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 021/2015/PMDF, usando partes separadas do texto do Termo de referência para justificar sua impugnação, não observando todo o texto do Termo de referência em relação ao conjunto de subitens dispostos no item 9 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA e item 12. INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GARANTIA. Uma leitura correta demonstra claramente que o disposto no termo de referência nos subitens dos itens 9; 9.1; 9.2; 9.3; 9.4 e 12 refere-se claramente à obrigação da licitante em dar total garantia aos equipamentos ofertados quando da efetivação da contratação, tais itens descrevem como e em que condições será exigida a prestação da garantia dos equipamentos ofertados. Ao contrário do que a impugnante alega, verifica-se que o objeto da licitação não é a contratação de serviços, pois o objeto da licitação é sem a menor sombra de dúvidas, o fornecimento de Terminais de radiocomunicação e consequentemente a exigência da prestação da garantia dos equipamentos dos, que é uma obrigação legal imposta àqueles que comercializam produtos dentro de todo território nacional, independente se o cliente é um ente público ou privado. O parecer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

da Equipe de Planejamento da Contratação da PMDF é que a impugnação apresentada pela empresa Cassidan - Defesa e Segurança do Brasil - Ltda é totalmente improcedente por ela não atentar-se corretamente ao que dispõe o Termo de referencia em relação aos serviços obrigatórios de garantia dos equipamentos ofertados.

ITEM 3

A necessidade de extirpar a exigência contida no edital (item 18.1) de condicionar a liberação do pagamento à apresentação de certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas.

RESPOSTA DO PREGOEIRO:

Em resposta à alegação 3, uma leitura atenta ao inteiro teor do item 18 prescindiria a referida impugnação: Resta evidenciado que, em momento algum, a PMDF condicionou o pagamento à regularidade fiscal e trabalhista. O item 18.1 prescreve apenas a consulta a órgãos oficiais e entidades emissoras, e o item 18.1.1. a apresentação pela contratada daquelas não obtidas por meio da consulta direta conforme artigos 3º e 4º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013. Convém salientar que esta Administração pautar-se-á pelos princípios da legalidade, conforme legislação e jurisprudência apresentados, e pelo contraditório e ampla defesa no caso de eventuais irregularidades na verificação fiscal e trabalhista da empresa contratada. Portanto, não há que se falar em extirpar a exigência contida no edital tendo em vista que a mesma não se mostra ilegal.

Como se vê, três dos quatro questionamentos contidos na representação foram objeto de impugnação durante o processo licitatório, tendo sido respondidos pela jurisdicionada.

Especificamente acerca do item 1 (vedação à participação de consórcios), observo que a jurisdicionada tentou afastar a possível restrição à competitividade do certame no fato de 4 (quatro) empresas terem apresentado propostas comerciais (Abix Tecnologia Ltda, Hytera Comunicações do Brasil Ltda, Indra Tecnologia Brasil Ltda e TELTRONIC BRASIL LTDA) aptas a atender o objeto licitado.

Ainda nessa seara, minha assessoria examinou as mensagens da sessão pública do pregão e verificou a participação efetiva de 3 empresas (além das mencionadas Hytera e TELTRONIC, apenas MOTOROLA SOLUTIONS LTDA. ofertou lances). Dessa forma, considerando a participação de apenas 3 empresas concorrendo ao fornecimento de 6 itens e tendo em conta a natureza eminentemente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

técnica da matéria, entendo que a questão da possível restrição à competitividade poderá ser melhor aferida pela Corte após acurado exame técnico por parte do NFTI.

Outro ponto questionado pela representante diz respeito ao valor estimado do certame (item 2). Em resposta à impugnação administrativa, a PMDF esclareceu a redução do seu valor decorreu de determinação desta Corte, produzindo uma diminuição de R\$ 15,1 milhões ou 31,6% do valor inicialmente estimado.

De fato, a redução foi propiciada a partir da intervenção desta Corte. Contudo, a recessão econômica pela qual passa o país pode ter produzido efeitos na estimativa de preços, sobretudo em face do aumento da cotação do dólar. A exemplo da questão da competitividade, isso demandaria um exame mais aprofundado por parte do corpo técnico especializado para subsidiar esta Corte na tomada de decisão.

Corroborando a preocupação demonstrada pela representante, registro que, durante a fase de aceitação das propostas, alguns licitantes relutaram muito em reduzir os preços lançados, alegando que estavam extremamente baixos. Num dos casos (item 6), a MOTOROLA asseverou não ter condições de reduzir a oferta a ponto de tornar o preço exequível. Logo, há indícios de que o preço estimado para esse item poderia não representar o valor atual de mercado, levando fatalmente ao seu cancelamento.

Acerca do questionamento contido no item 4 da representação (possível condicionamento do pagamento à apresentação de certidões de regularidade fiscal) também foi satisfatoriamente respondido pela PMDF (item 3 da impugnação administrativa). Com efeito, ao menos neste exame perfunctório, restou esclarecido que a exigência editalícia não permite a interpretação dada pela representante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Feitas essas considerações, observo ainda que ainda se encontram pendente de exame as modificações implementadas no novo edital. Na fase anterior, a análise do Tribunal limitou-se a verificar o atendimento da determinação de correção da estimativa de preços, abordando ainda alguns pontos relativos às fases planejamento da futura contratação. Tanto isso é verdade que, por meio do item V da Decisão nº 4138/2015, o Tribunal determinou o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para verificar se a nova versão do edital ainda não publicada contemplaria as informações contidas nos Osfícios n.ºs 539/2015-DLF/AS (peça 11; e-DOC 5D63FCD8-c) e 809/2015-SIC (peça 12; eDOC 5DE45000-e).

Dessa forma e considerando que o certame já foi aberto, encontrando-se atualmente na fase de aceitação de propostas, entendo que a Corte, por uma questão de cautela, deve determinar à jurisdicionada que se abstenha de homologar a licitação até ulterior deliberação plenária. Dessa forma, realizando uma ponderação de interesses em rota de colisão, preservam-se eventuais direitos da representante e o próprio interesse público sem causar maiores prejuízos à Administração.

Assim, meu voto é pelo conhecimento da representação, deferimento parcial do pedido cautelar nos termos do parágrafo anterior e abertura de prazo para manifestação da PMDF. Divergindo apenas parcialmente das sugestões do corpo técnico, entendo que, em face de a matéria já ter sido objeto de impugnação perante a jurisdicionada, o prazo para apresentação de esclarecimentos poderá ser reduzido, sem prejuízo do direito à ampla defesa, para 5 (cinco) dias.

Pelo exposto, em harmonia com a Unidade Técnica, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I) conheça da Representação formulada pela empresa CASSIDIAN Defesa e Segurança do Brasil Ltda.;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

II) defira parcialmente o pedido cautelar formulado pela representante a fim de determinar à PMDF que, até ulterior deliberação plenária, abstenha-se de homologar o Pregão Eletrônico nº 21/2015 – PMDF;

III) conceda prazo de 5 (cinco) dias à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, para apresentar os esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada;

IV) autorize:

a) encaminhamento à PMDF de cópia da Representação, da Informação nº 273/2015 e do voto condutor da decisão que vier a ser proferida;

b) a ciência da decisão que vier a ser proferida à representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);

c) o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia de Informação – NFTI para a apreciação do mérito com a urgência que o caso requer.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2015.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator